

PROJETO DE LEI 21/2026

Estabelece normas do Município de Ribas do Rio Pardo/MS, a execução das emendas parlamentares e estabelece normas de controle, transparência e responsabilização, em conformidade com a Lei Nº 13.019/2014, Resolução TCE-MS nº 266/2025, e dá outras providências.

ROBERSON LUIZ MOUREIRA, Prefeito Municipal de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em exercício regular de suas atribuições e evocando o artigo 80, I da Lei Orgânica Municipal faz saber que o Plenário aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei regulamenta, no âmbito do Município de Ribas do Rio Pardo/MS, os procedimentos e requisitos para execução, acompanhamento, controle e prestação de contas das emendas parlamentares destinadas a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, conforme estabelecido na Resolução TCE-MS nº 266, de 24 de novembro de 2025.

Art. 2º. Aplicam-se as disposições desta Lei a todas as e as organizações da sociedade civil beneficiárias de recursos oriundos de emendas parlamentares, bem como aos órgãos e unidades da administração pública municipal responsáveis pela sua execução, fiscalização e controle.

CAPÍTULO II

DA CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES

Art. 3º. A execução das emendas parlamentares municipais decorrentes de celebração de parcerias, convênios ou termos de fomento devem observar a conformidade com a Lei Nº 13.019/2014.

Art. 4º. As transferências municipais somente terão execução liberada mediante apresentação e aprovação prévias de Plano de Trabalho.

Art. 5º. A ausência de apresentação ou a não aprovação do Plano de Trabalho caracteriza impedimento de ordem técnica à execução da emenda, nos termos do art. 10 da Lei Complementar Federal n.º 210, de 2024.



CAPÍTULO III

DA CONTA ESPECÍFICA E DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Art. 6º. Cada entidade beneficiada com emenda parlamentar deverá abrir conta bancária específica para cada emenda recebida, destinada exclusivamente à movimentação dos recursos vinculados ao respectivo plano de trabalho.

§ 1º. A conta deverá ser aberta obrigatoriamente em instituição financeira oficial, preferencialmente Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

§ 2º. É vedada a utilização de contas preexistentes, contas de passagem ou qualquer forma de movimentação que comprometa a rastreabilidade dos recursos.

§ 3º. A entidade deverá apresentar ao Município comprovante de abertura da conta antes da liberação de qualquer parcela da emenda.

Art. 7º. A movimentação financeira dos recursos será realizada exclusivamente por meios eletrônicos que permitam rastreabilidade e identificação do beneficiário.

§ 1º. Ficam proibidos saques em espécie, emissão de cheques ou quaisquer meios de pagamento que não permitam rastreabilidade.

§ 2º. Toda despesa deverá estar vinculada à nota fiscal eletrônica correspondente, emitida por fornecedor regularmente habilitado.

CAPÍTULO IV

DAS DESPESAS E DAS EXIGÊNCIAS DOS FORNECEDORES

Art. 8º. Somente poderão ser contratadas despesas com fornecedores que:

- I – sejam pessoas jurídicas devidamente inscritas no CNPJ;
- II – estejam regulares perante os fiscos;
- III – emitam nota fiscal eletrônica compatível com o objeto contratado;
- IV – apresentem todos os documentos exigidos na legislação municipal.

Parágrafo único. Não serão admitidas compras de pessoa física, recibos informais ou qualquer documento que não possua validade fiscal.

CAPÍTULO V

DO PLANO DE TRABALHO, EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 9º. A liberação dos recursos fica condicionada à aprovação prévia do Plano de Trabalho, que deverá observar os requisitos normativos do art. 3º da Resolução TCE-MS n.º 266, de 2025.

Art. 10. A entidade beneficiada deverá apresentar, na forma disciplinada pelo Executivo:

- I – notas fiscais eletrônicas;
- II – comprovantes de pagamento vinculados à conta específica;



- III – extratos bancários completos;
- IV – relatório de execução física e financeira;
- V – demais documentos necessários para comprovação da boa aplicação dos recursos.

Art. 11. O não envio da prestação de contas no prazo estabelecido ou sua reprovação poderá ensejar:

- I – suspensão de novos repasses;
- II – obrigação de devolução dos valores aplicados indevidamente;
- III – aplicação das penalidades previstas nesta Lei.

CAPÍTULO VI

DA TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE

Art. 12. O Poder Executivo manterá atualizado, em seu Portal da Transparência ou plataforma eletrônica específica, informações completas sobre as emendas parlamentares, incluindo:

- I – identificação do parlamentar autor;
- II – número, tipo, objeto e finalidade da emenda;
- III – valor autorizado, destinado e executado;
- IV – entidade beneficiada e CNPJ;
- V – plano de trabalho aprovado;
- VI – número da conta bancária específica;
- VII – cronograma de execução;
- VIII – empenhos, liquidações, pagamentos e documentos comprobatórios;
- IX – relatórios de acompanhamento e prestações de contas.

§ 1º. As informações deverão ser disponibilizadas em formato aberto, permitindo consulta pública e download.

§ 2º. A omissão ou atraso na atualização das informações implicará responsabilização do agente público responsável.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES

Art. 13. O descumprimento, pela entidade beneficiada, das normas previstas nesta Lei acarretará as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legais:

- I – Advertência formal, com prazo para correção;
- II – Suspensão imediata dos repasses;
- III – devolução integral dos valores aplicados em desacordo, devidamente atualizados;
- IV – Impedimento de celebrar parcerias, convênios ou termos de fomento com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- V – Comunicação ao Tribunal de Contas, Ministério Público e demais órgãos competentes.

§ 1º. A reincidência ensejará automaticamente as penalidades previstas nos incisos III e IV.

§ 2º. As penalidades serão aplicadas mediante apuração e conclusão mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O Poder Executivo poderá expedir normas complementares para assegurar a plena execução desta Lei.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

RIBAS DO RIO PARDO/MS, 26 de Março de 2026

Roberson Luiz Moureira
Prefeito(a)



Votação

Data da votação: 01/04/2026

Situação: Votação Aprovada



DOC: 1774530434

JUSTIFICATIVA

Mensagem nº 14 ao Projeto de Lei nº 21 de 26 de março de 2026.

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa de Ribas do Rio Pardo – MS e nobres vereadores,

Encaminho à apreciação dessa Egrégia Casa de Leis o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a regulamentação, no âmbito do Município de Ribas do Rio Pardo/MS, dos procedimentos relativos à execução, acompanhamento, controle e prestação de contas das emendas parlamentares destinadas a entidades públicas e privadas sem fins lucrativos

A presente proposta tem por finalidade estabelecer diretrizes claras e objetivas para a correta aplicação dos recursos oriundos de emendas parlamentares, em consonância com a Lei Federal nº 13.019/2014 e com a Resolução TCE-MS nº 266/2025, promovendo maior segurança jurídica, padronização de procedimentos e fortalecimento dos mecanismos de controle.

A presente iniciativa tem por objetivo promover a adequação normativa do Município às diretrizes estabelecidas pelos órgãos de controle, assegurando maior segurança jurídica na execução dos recursos públicos oriundos de emendas parlamentares.

A proposta consolida parâmetros mínimos de controle, transparência e responsabilização, alinhando a atuação administrativa às exigências legais e às boas práticas de gestão pública, de modo a prevenir irregularidades e garantir a correta aplicação dos recursos.

Trata-se, portanto, de medida necessária para o fortalecimento da governança pública municipal, bem como para o atendimento às determinações do Tribunal de Contas do Estado, conferindo maior previsibilidade e conformidade aos procedimentos administrativos.

Diante da relevância social e da legalidade da iniciativa, solicitamos a aprovação da presente proposta legislativa.

ROBERSON LUIZ MOUREIRA

Prefeito Municipal

À Excelentíssima Senhora

Tania Maria Ferreira de Souza

Digníssima Vereadora Presidente da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo/MS

Roberson Luiz Moureira
Prefeito(a)



